

GEOGRAFIA FRANCESA (SÉCULO XX), REGIÃO E ENSINO DE GEOGRAFIA NO BRASIL

FRENCH GEOGRAPHY (20TH CENTURY), REGION AND TEACHING GEOGRAPHY IN BRAZIL

GEOGRAFÍA FRANCESA (SIGLO XX), REGIÓN Y ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA EN BRASIL

Cecilia Cardoso Teixeira de Almeida¹

RESUMO: Esse artigo pretende expor o debate regional através daqueles autores mais significativos da Escola Francesa de Geografia, para refletir se essa temática cabe ou não no ensino fundamental e médio, na escola pública brasileira. Esse nosso interesse se dá em função das novas diretrizes para a formação escolar em que apontam para o ensino das categorias geográficas, como um de seus propósitos. Aspiramos deixar algumas ponderações e indagações para o conjunto de profissionais que estão na escola pública e inseridos nesse contexto de mudança.

Palavras-chave: Ensino. Região, Geografia francesa.

SUMMARY: This article intends to expose the regional debate through those most significant authors of the French School of Geography, to reflect whether or not this theme fits in elementary and high school in the Brazilian public school. This interest is due to the new guidelines for school education in which they point to the teaching of geographical categories, as one of their purposes. We aspire to leave some considerations and questions for the group of professionals who are in public school and inserted in this context of change.

Keywords: Teaching. Region. French geography.

¹ Mestre e doutora em geografia (USP). Iniciando pós-doutorado na Federal de São Paulo. Professora da PUC-SP durante oito anos e da Fundação Santo André durante 18 anos. Atualmente trabalhando na GEOJÁ (empresa especializada em geoprocessamento e assuntos urbanos). Vice-líder do grupo de pesquisa da USP intitulado "Geografias do Contemporâneo". E-mail: cilicardoso@uol.com.br.

Artigo recebido em dezembro de 2021 e aceito para publicação em março de 2022.

RESUMEN: Este artículo pretende exponer el debate regional a través de los autores más significativos de la Escuela Francesa de Geografía, para reflexionar si este tema encaja o no en la escuela primaria y secundaria en la escuela pública brasileña. Este interés se debe a las nuevas directrices para la educación escolar en las que apuntan a la enseñanza de categorías geográficas, como uno de sus propósitos. Aspiramos a dejar algunas consideraciones y preguntas para el grupo de profesionales que están en la escuela pública e insertos en este contexto de cambio.

Palabras clave: Enseñanza. Región. Geografía francesa.

INTRODUÇÃO

O debate sobre região e regionalização pode se apresentar, aos olhares desavisados, como mera discussão semântica que não traduz nenhum patamar de entendimento de maior envergadura frente ao conjunto de desafios e problemas que se colocam a nossa frente no dia a dia. Pode ainda parecer estranho que atualmente, um artigo tenha por mote uma exposição sobre o conhecimento geográfico especialmente à categoria região e as necessidades de regionalização.

Entretanto, no momento brasileiro em que figura nas diretrizes escolares para o ensino de geografia, o estudo das categorias geográficas, parece importante recuperar o debate e verificar a pertinência ou não dessa discussão conceitual nesse momento da formação estudantil e, especificamente, a região.

Para tanto, pretendemos estabelecer um panorama geral dessas concepções, cuja ingerência na geografia brasileira é inegável, com o intuito de discriminarmos, alguns de seus aspectos de maior relevância.

Feitas essas colocações, incidiremos sobre as principais indagações no contexto de uma teoria da região e da regionalização formulada pela escola francesa e por nós herdada. Fundamental aqui salientar que não se trata de um artigo em que estejam explanados os vários autores das diversas escolas que passaram por este debate.

A intenção repousa somente sobre o percurso supracitado a fim de explorar, ainda que brevemente, os caminhos pelos quais a geografia se embrenhou no que tange a contenda regional com observações que permitam refletir sobre sua importância para o ensino público. Passemos então a ela.

O AMBIENTE DE DISCUSSÃO DA ESCOLA FRANCESA DE GEOGRAFIA: AUTORES SIGNIFICATIVOS PARA O DEBATE REGIONAL

Vidal de La Blache, Albert Demangeon, Daniel Foucher, Etienne Juillard, Pierre Dumolard, Andre Dauphené, Bernard Keiser, Leonard Guelke, Pierre George, Yves Lacoste.

Entre os séculos XIX e XX, encontramos diferentes geógrafos refletindo e definindo o caráter específico de disciplina, seu objeto de reflexão, e por conseguinte, as tarefas, metodologias e procedimentos específicos que a estes caberiam. Temos Vidal de La Blache, Maximillien Sorre, Etienne Juillard, Daniel Foucher, Bernard Kaiser, entre outros que de alguma maneira, se ocupam em identificar a particularidade da geografia como campo do conhecimento, preocupação em destaque durante esse período.

Aqui abordaremos os principais autores que dentro do horizonte mencionado desenvolveram a ideia de região e, apesar da forte influência e do legado deixado por tais preceitos, no século passado, podemos ainda considerar algumas indagações inconclusas, como por exemplo:

1. O que se entende por região?
2. Quais os critérios para sua demarcação?
3. Com que propósitos se faz seu uso?
4. O que permite afirmar que essa ou aquela realidade possa ou não constituir uma região?
5. Quais são as implicações político-ideológicas geradas na gestão econômica sobre localizações?
6. Essa definição repercute no senso comum?
7. Qual o sentido de sua abordagem no ensino formal público?
8. Que tipo de conteúdo e contribuição traz para a formação e desenvolvimento desses indivíduos na fase escolar?

Apesar de muitos geógrafos fazerem uso da região sua definição, grosso modo, pouco se alterou se seguirmos o curso da tradição francesa. Encontraremos distinções, mas que, a rigor, pouco se diferenciam entre si.

Foi com **Vidal de La Blache** que a geografia científica chega mesmo a ser concebida como conhecimento regional. A partir dele, inaugurou-se um conjunto de indagações sobre os pressupostos usados para sua definição, os critérios de delimitação, as relações entre metodologia regional e a existência objetiva das regiões, enfim, seus significados e razões de ser.

Tendo por base o que denomina de “regiões naturais” e “gêneros de vida” La Blache coloca aos geógrafos a tarefa de regionalizar, circunscrevendo tanto a análise como a explicação geográficas ao âmbito da regionalização, segundo os atributos da presentes na paisagem objetiva. Em outras palavras, parte-se da observação e da descrição para estabelecer a correlação entre os elementos que as integram, e por fim, alcançar a explicação.

Assim,

“Los hechos se aclaran según el orden com el que se agrupan. Si se separa lo que se debe aproximar, si se une lo que debe separar, rompe toda la relación natural; es imposible reconocer o encadenamiento que enlaza, si embargo, los fenómenos de los que se ocupa la geografía y que constituye su razón de ser científica’.” (La Blache in MENDOZA et ali. 1982, pg. 243-4)

Para o autor, a explicação sobre os fatos e dados geográficos obedecem a uma ordem natural que deve ser apontada e respeitada para que os geógrafos revelem de fato, as conexões desse encadeamento natural. Se a ordem desse encadeamento se modifica, escreve La Blache, tornando-se artificial, perde-se a singularidade ou o caráter único daquela região, próprio da atenção e do conhecimento geográficos. Donde a distinção entre o que foi dado naturalmente daquilo que se considera artificial, exigindo acuidade nesse procedimento.

“Em realidad no puede ser más oscuro. Lo artificial no puede ser claro; pues al destruir las relaciones naturales de las cosas se condena uno a no darse cuenta de nada: es ponerse en contradicción con realidades que saltan a la vista.”
(Ibidem; pg. 245)

Portanto, o artificial repousa sobre a imposição das ações humanas sobre o meio natural que ao exercê-la, encobre e/ou destrói o caminho para o entendimento dessa mesma realidade. Disso decorre salientar pelo menos três aspectos.

O primeiro diz respeito à abrangência dos estudos geográficos, os fenômenos e fatos com os quais deva se ocupar e de seu estatuto científico ligado ao empírico destituindo qualquer indagação crítica sobre seus fundamentos; o segundo, ao caráter objetivo afirmado por La Blache, para nós irresoluto quando apontamos as exigências filosóficas para as teorias geográficas; e o terceiro, o conceito de “artificial” em oposição ao “natural” tendo por base a dicotomia homem - natureza.

O escopo teórico da geografia proposta por La Blache, no começo do século XX, privilegia o relevo, o clima, a vegetação, os solos, os dados assim chamados naturais, mas não oferece rudimentos suficientes para compor um quadro de regiões, se não aquele sem a presença humana e por isso, improvável. Quando busca explicar o significado de região natural, esclarece:

“Intentemos pues clarificar lo que hay que entender por región natural. El mejor medio para ello será librarnos de toda rutina escolástica y situarnos, siempre que sea possible, ante realidades. La geografía no es precisamente una ciencia de libros;” (Ibidem; pg. 246)

O acento para a saída a campo e o rechaço pela reflexão teórica pode ser verificado. Aqui surge como máxima fundamental para o trabalho de regionalização, estar de frente àquilo que se busca definir, e, em certo sentido, não recorrer a construções teóricas citadas como rotinas escolásticas. Ao que indagamos: será possível ou mesmo recomendável resolver teoricamente o problema da região e regionalização *in loco*, a partir da realidade empírica e daí construir explicações? Ou por outra, será possível garantir uma divisão regional correta, aplicada e consentida por qualquer geógrafo que se detenha nesta tarefa?

Para ele, as bases teóricas dessas ideias prescindem de consulta tampouco a metodologia a ser empregada. A regionalização fica supostamente assegurada pelos dados naturais, sobre os quais não há enganos.

Entretanto, em um célebre trabalho sobre a França, o próprio La Blache sofrera críticas ao propor uma divisão regional calcada em feições de ordem climato-botânica, tomando-a como fundamento exclusivo e determinante da região, pela sua concretude e exatidão.

Como sabemos, para nós professores, pesquisadores, bacharéis, ainda hoje, os critérios para a definição de regiões estão inconclusos, ora pendendo para dados humanos (econômico, político, demográfico), ora para os naturais (climatológicos, botânicos, morfológicos, ecológicos). E, se essa constitui ainda uma pendência quais as razões para levarmos tal discussão para a sala de aula? Não será de nossa a responsabilidade o desdobramento dessa reflexão? Não será mais adequado desenvolver os processos dos quais foram geradas as regiões? O que pretendemos com o ensino das categorias geográficas para alunos de ensino fundamental 1, 2 e médio? Para onde buscamos dirigir a atenção e a sensibilidade dos alunos e alunas que pertencem à escola pública? Qual é o papel da escola senão o de estimular e conduzir esse alunado a pensar sobre suas condições e as diferentes realidades que os cercam? Indagações presentes constantemente ao longo dessa exposição.

Assim como La Blache – concordando, discordando ou superando a ideia de região natural -, **Albert Demangeon** e seus estudos regionais em que desenvolve uma espécie de protótipo de enquete para ser aplicado em campo, com o objetivo de cercar as características de uma região específica. Esta proposta se desenha através de uma série de indagações subdivididas e encaixadas em blocos temáticos como: *Terreno, Clima, Hidrografia, Bosques, Árvores Frutíferas, Economia Rural, Cultivos, Criação de Gado, Indústria e Comércio, Propriedades e Explorações, Modos de Vida e Povos, População e Divisões territoriais*.

Nesse modelo consta o plano no qual se pretende emoldurar a investigação regional. Ou seja, assim como em La Blache aqui aparece novamente a descrição como ponto de partida do qual a justaposição das informações coletadas. Expressões como *território, lugar, classe de terreno, excesso de nascimentos, aparecimento e duração de vegetais, disposição de moradia, dispersão populacional* etc., constituem um mosaico de peças estanques, aprisionadas na posição que cumprem no quadro da lógica formal da descrição e da análise regionais. Parte que são de um todo regional, não respondem apenas pelo bloco de temas em que se encontram. Demangeon alude ao projeto unitário de ciência geográfica, o que nos parece a princípio importante pelo resgate da ideia de totalidade a ele subjacente e, em contrapartida a fragmentação que assistimos posteriormente na história dessa ciência.

Entretanto, essa unidade tem por base a somatória dos corpos físicos (inorgânicos e orgânicos) em suas dinâmicas com a vida social orgânica, a população. Na parte final do questionário surgem os *povos*, sociedades travestidas pelo termo população em que oblitera indivíduos, classes, conflitos, contraposições. Em seu entendimento, os povos contribuem para a transformação da realidade original, passada, anterior e natural.

Uma geografia constituída de regiões, nem sociais nem naturais, nem humanas, nem físicas, mas que consegue agrupar, listar e rotular, reafirmando a descrição, a objetividade e o empirismo porquanto instrumentos essenciais. Essa orientação metodológica quase impossível de escapar se fez presente pelos compromissos inerentes a ciência moderna:

notadamente o que concerne à legitimidade científica, a acurácia de experimentos, a comprovação de resultados, enfim, seus procedimentos e objeto particulares.

Será essa a chamada alfabetização científica de que nos fala as diretrizes do ensino para essa disciplina, quase um século depois? Não bastam todos os demais conteúdos informativos do cotidiano (sem ou com as redes virtuais), para que se tenha alcance a esse tipo de formação? Que alunado desconhece a força das descobertas científicas e de todos os seus adornos nas mais diferentes áreas (tecnologias, medicamentos, comunicações, tratamentos, especializações produtivas)?

Bem, já na década de 1940, outro geógrafo **Daniel Foucher**, coloca em suspeita alguns procedimentos científicos, dos quais se valem os geógrafos para estudos regionais. Tanto ao alcance do ato descritivo, como ao emprego da ideia Lablanchiana de região natural, Foucher sugere uma ampliação de correlações para que se possa abranger o movimento de mudanças por que passam efetivamente os lugares. Observamos isto no trecho a seguir:

“Para os geógrafos, la región es em primer lugar lo que llaman la *región natural*. (...) Mientras la geografía se há limitado a discripciones mas o menos cargadas de nomenclaturas, no há sentido la necesidad de buscar el contenido exacto de esas individualidades naturales, que se han convertido desde entonces em el punto de apoyo esencial de sus especulaciones. (FOUCHER in MENDOZA et alli. 1982, pg. 281)

E, ainda Foucher:

“Pero, en fin, la región natural existe e se afirma a menudo por ciertas identidades de poblamiento, de explotación, de formas de vida. Se producen armonías entre a tierra y el hombre, em el augusto matrimonio de la naturaleza com el que debe pedirle que provea su subsistência, fecundándola com su trabajo. (Ibidem; pg. 283)

Reconhecer e reter os sentidos das individualidades naturais são o apoio dos estudos regionais, que contém a natureza como provedora das demandas humanas (sociais) por sobrevivência. A região natural se afirma pela identidade de povoamento e exploração dessas condições. Ou seja, são nestas circunstâncias de provimento de meios de sobrevivência que se desenham os formatos das regiões.

Embora carregado de pressupostos darwinistas (harmonia, competição, equilíbrio, etc.), finalmente apresenta a inquietação de converter, em termos geográficos, as alterações ocasionadas pela urbanização. Daí ressignificar a acepção de região. Desta avaliação o autor introduz a noção de *nodosidade* resgatada das contribuições do geopolítico britânico Halford Mackinder, afirmando:

“Lãs ciudades siempre han representado un nudo se relaciones, per han representado um nudo de relaciones, pero el fenómeno de nodalidad, tomando esta expresión, trás Vidal de la Blache, de Mackinder, se há complicado y reforzado singularmente, com el crecimiento y la organización de lãs ciudades modernas.” (Ibidem; pg. 286)

Nesse sentido, traz para a discussão regional, o novo papel exercido pelas grandes cidades que passam a ser, mais que em qualquer outro momento da história, o centro da vida de relações. Esta recente posição de prestígio galgada pelas cidades se confirma pela extensão de suas influências, concretizadas nos territórios dos mais diversos e distantes lugares.

Corroborar interesse com o debate regional e com a gênese de formação das regiões, a partir do fenômeno urbano a que corresponde a cidade industrial. Evidentemente, Foucher não se declara nesses termos, mas enfatiza a força catalizadora das atividades citadinas, excedendo suas próprias localidades.

Este duplo aspecto aparentemente contraditório - centralidade e extensão -, é na verdade o despertar de uma consciência intelectual que se depara com o ritmo crescente e acelerado das forças produtivas fabris e industriais, distintas do que alcunhou “*antigas economias fechadas de antes*”, e que agora convertem-se em regiões pelas forças urbanas exercidas.

Diferente do passado, a unidade regional está sob o comando da diversificada e complexa produção metropolitana e indica, senão a transposição, um afrouxamento na rigidez do critério regional moldado sobre as denominadas “características únicas” de bases naturais.

De suas contribuições ressaltamos o momento em que discorre sobre a equivalência entre a geografia da modernidade e as propostas de regionalização elaboradas pelo Estado, especificamente para a França. Vejamos a seguir:

“Divisiones administrativas que quieran “crear –como decía L. Gallois em 1908- organismos mas conscientes de su unidad y de sus intereses” deben ir más allá de esas pequenas unidades naturales, cuyos contornos pueden tener em cuenta, com mucho, al reunirlos.” (Ibidem, pg. 285)

Para Foucher, a região natural perde força explicativa frente ao mundo contemporâneo. Divisões regionais administrativas são o produto de confluências de interesses e de transformações, sinônimas de tempo presente e de mote geográfico, relegando o estudo do passado para a história.

Perspectiva ideológica estatal, objetivismo, neutralidade científica, acurácia de resultados, são elementos predominantes em Foucher, demonstrando a posição que o Estado ocupa na sociedade e na construção geográfica de sua história. A problemática regional guiada pelas determinações produtivas alcança maior pragmatismo e veiculada por parte do poder de Estado, abre possibilidades e encaminhamentos novos para os acontecimentos presentes.

Mas a divisão regional a partir dos aspectos econômicos são suficientes para alunos da escola pública entenderem o mundo em que vivem? A lógica estatal e econômica em vigência admite arrazoar as heterogeneidades de condições de vida, nas mais diferentes partes do globo? Ou ao contrário, estas só se fazem revelar através do professor que analisa esses arranjos territoriais em suas respectivas condições e implicações? Em outras palavras o conceito e a prática regional, acolhem tais elucidações?

Passando aos anos de 1960, **Etienne Juillard** retoma a problemática regional em seu núcleo mais duro. Aproximando-se das ideias de La Blache, explora e questiona os atributos por ele definidos para caracterizar a unidade regional, tal qual o ofício de revelar suas individualidades próprias. Argumenta que as condições de singularidade e homogeneidade embota o profícuo diálogo entre geografia regional e geral e reforça enumerações exaustivas tão correntes e usuais nas monografias, impedindo que ocorra um esforço mais agudo de generalização.

A conceituação tradicional, em sua opinião, apoia e estimula as pretensas sínteses, em verdade impregnadas de imprecisão e, por isso, incapazes de fornecer uma teoria regional satisfatória. A premência de uma teoria regional por ele identificada, se apresenta nas investigações que empregam o conceito de território, de forma deliberada e confusa, delatando com isso, a ausência de bases teóricas em comum. Em suas palavras:

“Territorio definido unas veces por una cierta uniformidad natural, étnica o económica, otras distrito heredado de la historia y que no responde a ninguna realidad actual, la región se concibe generalmente como una especie de “dato” cuyos limites se esfuerzan en justificar em el umbral del estudio.” (JUILLARD in Mendoza 1982 ; pg. 290)

Oportunamente, Juillard critica a posição lablachiana sobre a existência objetiva das regiões, ou seja, postas como elemento constituinte e empiricamente verificável da paisagem. A seu ver, essas delimitações de caráter duvidoso amparam às incumbências regionais, dispensando maiores considerações sobre a adequação dos parâmetros usados. Em oposição às aspirações de La Blache, suas colocações apresentam um enorme mal-estar com o tratamento teórico-prático dado à regionalização, e isto nos diferentes círculos profissionais. E, comenta:

“Ahora bien, la región ya no es hoy esse terreno um poço confidencial de la investigación geográfica, ni esse marco folklórico em que se complacen cierta ideologias reaccionárias. Cada vez más, em los médios de actuación económica y social, si piensa el desarrollo em términos de ordenación del territorio de regionalización.(...)La necesidad de eficacia plantea el problema de la definición de la región.” (ibidem; pg. 290)

Buscando novas saídas para os problemas apresentados, Juillard acaba por conduzir-se ao funcionalismo, dele retirando as noções de *espaço uniforme* e *espaço funcional*. A

temática espacial surge como forma de dar conta da magnitude e abrangência alcançadas pelos aparatos produtivos capitalistas, que tem por enredo interações entre lugares que extravasam os perímetros de períodos pretéritos.

A ideia de *complementaridade* entre regiões a partir da *uniformidade* da paisagem e da *coesão* das funções, caracteriza a unidade regional de Juillard. Complementaridade que pressupõem interdependência entre os lugares de diferentes regiões, pertencentes à divisão de atividades e as competências singulares a cada uma. De sorte, esse aspecto funcional de coesão se expressa empiricamente, constituindo a própria paisagem.

Tal perspectiva traz consigo a combinação de diferentes tipos de relações entre distintos elementos componentes da região, assim como os múltiplos fenômenos que podem ali comparecer. Reconhece, na complexidade do que observa e pesquisa, a ampliação de fluxos de mercadorias, o aumento do número de indivíduos, a crescente quantidade de informações, incluindo novas necessidades que dali derivam. A composição territorial desse intrincado arranjo econômico e social, contempla sua reprodução, - estratégias e objetivos a ela necessários -, no traçado dessas conexões.

Na última passagem da citação, Juillard associa eficiência produtiva a ação de regionalizar, hesitando sobre os modelos de delimitação regional de então. Propõe em seu lugar, as vias da economia política, isto é, a fim de garantir o êxito produtivo e econômico indica uma regionalização que autorize sua gestão administrativa.

Dessa forma, não soluciona o problema da delimitação regional tampouco analisa os resultados das recentes formas produtivas agora hegemônicas. À Geografia fica o encargo de responder à manutenção das demandas vigentes, mas não de refletir criticamente sobre elas. Pretendendo acompanhar a evolução das transformações hesita em reformular os preceitos geográficos usados.

Assim como Foucher, Juillard corrobora de certa preocupação quanto às alterações por que passa o mundo contemporâneo, sobretudo à sua repercussão no campo do conhecimento geográfico, que para ele deve redundar no debate regional originando significados inéditos. Ao convocar reformulações, rigor e competência, a realidade consente a assistência dos geógrafos, ganhando assim, presença, sentido e expediente. Como o autor coloca:

“La evolución del mundo há modificado los términos em los que se plantea el problema regional; más exactamente, há dado uma importância creciente a um tipo de organización del espacio al que, hasta entonces, se había prestado uma atención insuficiente.” (ibidem; pg. 291)

A região pode ser entendida como um marco dinâmico e em mutação porque numa íntima ligação com as forças produtivas estabelecidas em cada momento da história. Nesse sentido, o problema regional deve se instalar em outras bases.

Podemos observar o uso das expressões região e ordenação espacial e sobre a sequência desses processos: Não fica evidente se, para o autor, a região provém da organização do território pelas dinâmicas da produção ou a definição de região e de seus

limites são o que comportam essa organização. Ora refere-se à gênese regional, ora trata a região como dado do real – posição esta que o próprio autor critica-, ora como ferramenta para equacionar as atividades econômicas.

Então, reforça a acuidade com o econômico em suas expressões territoriais, donde remonta o valor da paisagem, como uma espécie de noção geográfica aglutinadora entre os feitos *físicos e humanos*. Ao apreciar a região sob tais contornos, sugere nova aproximação com a economia política, destacando e esmiuçando suas respectivas especificidades:

“Partiendo del modelo más simple y más abstracto posible, el economista la va complicando; procede de lo general a lo particular y aborda finalmente, com alguna reticência, um caso concreto. El geógrafo, por su parte, comienza com casos particulares, localizados, complejos, pero poco extensos; se esfuerza luego por ampliar su conjunto de observaciones y comparaciones para concebir una organización planetária del espaço; al hacer esto, se vê obligado a generalizar, a creer en la abstrcción, lê parece que se sale de su papel. Se imaginaria gustosamente uma fructífera conjunción de lãs das disciplinas, em su marcha convergente, em um nível espacial intermédio que sería la región.” (ibidem; pg290)

Ao comparar os trajetos metodológicos percorridos pelo economista e pelo geógrafo, reaparece a região como categoria em que se encontram ambas as perspectivas, “um nível espacial intermediário”, um plano epistêmico (de análise e reflexão) incitado pela região. Para Juillard, a economia parte do mais simples, geral e abstrato até o particular, incorporado em casos únicos à semelhança das posturas teóricas. Esses estudos econômicos se caracterizam pela conformação de modelos genéricos, de movimentos e manifestações absolutas, inquirindo um padrão de episódios e de leis de incidência. Os casos específicos lhes fornecem interesse menor, na medida em que se preocupam com a ordem geral dos fatos.

De maneira oposta, à semelhança das posturas idiográficas, a geografia traça seu curso a partir dos casos particulares, complexos e de pequena extensão para, através de comparações se dirigir a organização planetária do globo (o espaço). As pesquisas geográficas se ocupam com aqueles aspectos singulares e que por isso subsidiam as comparações.

Mas, para Juillard, nenhum desses procedimentos são o bastante para esclarecer, prever, e dominar a realidade da qual somos parte. Sem embargo, temos aqui traduzida sua versão metodológica, isto é, seu entendimento de Geografia, de Economia e, do próprio conhecimento científico.

Por volta dos anos de 1970, **Pierre Dumolard** traz uma acepção em que a explicação, a qualificação e o entendimento regionais assumem um teor mais totalizante. Referenciado na geografia francesa clássica, suas formulações encontram na prática regional analítica e no raciocínio sistêmico, a investigação da ordem subjacente às regiões e suas respectivas demarcações.

Consideradas como uma mescla entre singularidades e generalidades, isto é, composta de dados exclusivos resultantes de dinâmicas gerais e compartilhadas, as

regiões se estabelecem em qualquer lugar. Esse fato, permite o acesso a estrutura interna do funcionamento geral do sistema regional, pelo que Dumolard denomina de “trocas energéticas”. Com isso, a identificação das bases de tais estruturas, ou seja, os fatores verticais (locais) e as relações estabelecidas horizontalmente.

“Sin embargo, se regionalizará basándose em diferencias, aunque estas diferencias relativas no tengan la importancia global que se les atribuía. Teoría regional e práctica de la regionalización se completan, pero corresponden a ópticas diferentes.” (JUILLARD in Mendoza 1982 ; pg. 290)

Uma regionalização que tenha por fundamento as qualidades específicas e próprias a cada uma, suas razões de ser e identidades, não podem ser transportadas para o global. Em outras palavras, um atributo que seja indispensável para caracterizar uma dada região pode simplesmente perder sentido quando aplicado de forma generalizada. E disso resultam as dificuldades de construir uma teoria regional científica, que possa ser aplicada a qualquer parte do mundo.

A noção de sistema de que se vale, remete a forças que se processam continuamente, um reinício constante com vigor o bastante para se manter e se sustentar, apesar das trocas com o externo. Entretanto, não decorre daí considerar a inexistência de modificações. Pelo contrário, Dumolard insiste de que há momentos de estabilização entre essas forças, mas essa estabilidade é apenas temporária.

Estrutura, forma, função, coesão, complexidade, instantaneidade, eis aqui as palavras-chave presentes nas colocações de Dumolard e, elenca seis proposições sobre a formação de regiões:

- I. uma realidade observável em várias escalas e por isso quaisquer pontos do ecúmeno são parte de uma região em acordo a escalaridade;
- II. um sistema complexo e aberto cuja estrutura regional significa um estado instantâneo;
- III. sua existência está ligada à coesão espaço-temporal;
- IV. funcionalidade e comunidade cultural são fatores de coesão;
- V. homogeneidade e heterogeneidade são formas de coesão;
- VI. formas e fatores de coesão se combinam.

Interessante notar a menção da escala como ponto de apoio para definição regional, em que pese os significados próprios aos lugares e seu pertencimento a uma região. Sendo assim, não há lugar que deva ser desconsiderado porque integra um sistema complexo, aberto e de permanência passageira. As regiões procedem da coesão entre espaço e tempo, entre função e cultura, entre unidade e desigualdade. São fatores de coesão na medida em que abrigam forças e processos de diversas naturezas: econômicas, políticas, culturais, naturais.

Portanto, não existem fenômenos, processos ou fatos onde não estejam correlacionadas distintas qualidades de escalas, nenhuma tem no seu devir, uma autonomia isolada das demais. O entrelaçamento das perspectivas clássicas e sistêmica confirma, por parte do autor, um esforço em restaurar os conteúdos regionais através da noção de complexidade.

Com ele, tanto região quanto regionalização ganham densidade de avaliação, exigindo dos próprios geógrafos conhecimento do funcionalismo e de demais matizes teóricas e metodológicas, de responsabilidade e de interesse fundamental a esse profissional. Procede levar a exposição dessas filiações teóricas aos alunos de ensino fundamental e médio? E, ainda reincide a indagação sobre sua razão de ser na escola pública.

Na mesma época de Dumolard, **André Dauphiné** manifesta interesse acerca dos profissionais, geógrafos ou não, que usam marcos regionais, ressaltando que seu emprego se tornou indevido, abusivo e simplificador. A fim de evitar tais circunstâncias e ao mesmo tempo garantir um formato científico à teoria da região, Dauphiné se aproxima dos instrumentos matemáticos e estatísticos para a condução do debate regional. Não supera as limitações até aqui identificadas, reduzindo ainda a região, às chamadas classes espaciais:

“Para um geógrafo científico, la región no es un concepto, idea defendida desde hace mucho tiempo por los geógrafos anglosajones. (...)los nuevos geógrafos americanos, cualquiera que sea su ideología, reducen la región a una simple clase espacial.” (Dauphiné in Mendoza et ali 1982 ; pg. 446)

Sustenta que as denominadas “características de diferenciação”, concebidas para a região e regionalização, se assemelham a qualquer metodologia classificatória, sinónimo portanto, desse procedimento, com a diferença de estarem amparadas por um atributo suplementar: a localização. Ainda Dauphiné:

“Pero assimilar la región a una simple clase espacial es provocar un empobrecimiento importante del concepto de región, excluyendo, por ejemplo, todos los procesos de difusión, que son esenciales para comprender las teorías del desarrollo regional.” (ibidem; pg. 446)

Donde depreende o imperativo da linguagem matemática para abonar a disseminação exata dos teores relacionados as regiões: variáveis, índices, porcentagens, projeções são a maneira segura de enriquecer conceitos, descrições e explicações em que autonomia da linguagem prescindiu de justificativas.

Para ilustrar essa aplicação, as redes fluviais, de circulação, de cidades, de informações, quando incorporadas pela “teoria de gráficos” e submetidas ao cruzamento de um numeroso grupo de índices, ampliam a capacidade de retratar um dado processo. De modo similar, o conceito de “difusão” pode ser representado por uma curva logística que lhe decodifica o movimento. Ou ainda, a “teoria da dominância”, que tomada de empréstimo da Economia e aplica a técnica dos “gráficos de influência” entusiasma a análise geográfica:

“Así “la dominancia de un pólo X sobre un pólo Y es la conjugación de la influencia directa y de las múltiples influencias indirectas que ejerce X sobre Y; la transmisión de estas influencias depende de la configuración de la red que

situa a X em relación com Y; uma perturbação produzida em X desencadena repercusiones em Y, pero mediante um juego complejo de amplificaciones y de amortiguaciones.” (ibidem; pg.449)

Dauphinné repassa as qualidades da dinâmica de ascendência e de influência entre lugares, para a domínio quantitativo cercado de variáveis e de arranjos causais, o que admite esboçar um modelo ilustrativo.

E advoga,

“De la misma forma, F. Perroux define el concepto de poder y el concepto de poder econômico partiendo del instrumento matemático;” (...) “toda ciência tiene como objetivo explicitar lo que esta implícito: lãs manzanas caían de los manzanos antes del descubrimiento de Newton, pero no se sabía explicar.” (ibidem; pg. 450)

Assim, com o propósito de trasladar da matemática à Geografia para chegar a novos conceitos e de maior confiabilidade, prossegue retirando de Paul Claval a noção de “autocorrelação espacial”, noção esta que colocou como condição axiomática para a ciência geográfica e sua legitimação. As linguagens matemática e estatística se instalam para apurar os conceitos e as proposições regionais.

“Em efecto, si no se postula este axioma, lãs distribuciones espaciales se deben al azar, no obedecen a ninguna ley, y la geografia ya no tiene justificación;(…) Ciertamente, (...) no es suficiente, y se contraba de forma más o menos implícita em nuestros maestros; pero el concepto matemático de autorelación espacial explicita nuestro proceder.” (ibidem; pg.450)

A contribuição de Dauphie para o debate regional, coloca em evidência as ingerências da geografia norte-americana e especificamente as proposições de Hartshorne no interior da geografia francesa.

No reconhecido trabalho “A Geografia Ativa” escrito em conjunto com Pierre George, Raimond Gugliemo e Yves Lacoste, **Bernard Keiser** concentra suas apreciações sobre região soldadas a própria vocação da geografia científica ao tempo que explana sobre as simplificações frequentemente cometidas. Assim, afirma que, desde o início o geógrafo:

(...) “tende a considerar a região como o campo de ações concomitantes de intensidades variáveis, mais do que como uma inscrição espacial precisa de equilíbrios fundamentais. (...) mas isso não o dispensa de definir com precisão aquilo que ele quer tratar, de pesquisar criteriosamente o impacto espacial exato dos fenômenos que ele analisa.” (KEISER in Geografia Ativa 1973 ; pg. 282.)

Dessas considerações conclui que a região serve de instrumento conceitual, através do qual se pode analisar, avaliar e prever as implicações de certo número de fenômenos que, dispondo de forças qualitativamente distintas, podem ao mesmo tempo produzir e representar efeitos das mais diversas ordens escalares.

Todavia, entendemos, ressalta que região não se resume ao conceito. Sua fundamentação sobressai das realidades a que simula no plano do conhecimento. Também não concebe um ente independente das integrações socialmente instituídas entre os indivíduos, as quais a estabelece.

Nas palavras do autor, não são simples relações que dão forma e conteúdo às regiões. Elas se ajustam a uma série de laços, amplamente entendidos como fatores de “coesões espaciais”, inseridos no “quadro físico” ou na “situação”, resultante ainda, das “inibições” e “dons” da própria natureza.

Tais são os laços que levam a uma organização econômica e social, e só assim anteparam uma região. A esta condição, Keiser combina a ideia de centralidade, a partir da qual uma formação social se organiza em função da conjuntura nacional e global da economia concomitantemente. Desse ponto devaneia uma definição que pretende dar um cariz comum às diferentes conceituações de região, pelas mais dessemelhantes áreas profissionais:

“Uma região é, sobre a terra, um espaço preciso, mas não imutável, inscrito em um quadro natural determinado, e que responde a três características essenciais: os laços existentes entre seus habitantes, sua organização em torno de um centro dotado de certa autonomia, e sua integração funcional em uma economia global.” (ibidem; pg.284)

E segue, advertindo sobre a formação e a estrutura da região, quanto ao método de estudo regional e acerca do desenvolvimento desigual entre elas. Distinguimos em Keyser uma concepção regional, que para além de instrumento de pesquisa, busca apoio entre as áreas de trabalho:

“Certamente, o conceito de região não é algo indiferente: dependendo do conceito que tiver de região, o pesquisador pode fazer variar a delimitação, a apresentação dos resultados e eventualmente mesmo, o diagnóstico prospectivo. Mas a matéria de que é moldada a região é uma realidade objetiva que se impõem. Nenhuma matéria pode deixar de considerá-la(...)” (Ibidem; pg.305)

O conceito de região surge como mediação entre elementos da realidade que se examina – *o objeto*, e o pesquisador que a este se dedica - *o sujeito* da investigação.

Encontramos em Keiser, uma argumentação sofisticada sobre a conceituação de região e de regionalização, e ainda assim, inconclusa.

Em texto de 1977, **Leonard Guelke** apresenta desagravo ante ao ambiente profissional da geografia. Denota um processo de decadência dos estudos regionais e

da geografia regional como um todo e, aponta para um passado recente, em que esses estudos representavam o próprio coração da geografia.

Parte para tanto, da investigação sobre as causas que levaram a geografia regional a essa condição, ou seja, as justificativas que a destinaram como “setor” secundário em prol de estudos espaciais. Ao que conclui ser um grande equívoco:

“A ascensão da Nova Geografia, com sua ênfase nas relações espaciais e o uso dos métodos estatísticos, coincidiu com o declínio da importância dos estudos regionais. (...) Atualmente (...) é olhada como um tipo de estudo subjetivo, largamente descritivo e de importância menor ao avanço desse setor científico.” (GUELKE in Christofolletti; 1982, pg.213)

Remetendo-se ao filósofo clássico Estrabão, como aquele primeiro a constatar o caráter holístico da Geografia, remonta a acuidade de usar os demais campos do conhecimento para compor uma imagem fiel de uma dada realidade. De acordo com Guelke, está aqui a justificativa filosófica para a Geografia, sua legitimidade e posterior independência a partir do século XIX. Ressalta:

“Muitos textos regionais trataram de ampla gama de elementos físicos e culturais em áreas específicas, mas poucos realmente atingiram a síntese desses elementos. (...) Apesar das dificuldades de produzir bom trabalho regional, das quais muitos geógrafos estavam perfeitamente cientes, a ideia de que Geografia era essencialmente um campo integrativo continuou a ter ampla aceitação e a importância da Geografia Regional foi raramente questionada.” (Ibidem; pg. 214)

Nesta direção, se dirige criticamente ao emprego exacerbado de descrições e a formação de uma mentalidade fortemente empírica entre os geógrafos, que abre para acusações de inconsistência dos inventários produzidos e até o revolver de legitimidade científica. A seu ver, estudar os aspectos únicos evita descobertas e induzem a síntese de questionável valia interpretativa.

O caráter espacial da geografia destacado por Richard Hartshorne, confina a pesquisa geográfica ao estudo das distribuições espaciais e as recíprocas determinações entre fenômenos que, para Guelke tem repercussões nefastas:

“Ao transladar a palavra “geográfico” como sendo “espacial”, sem qualificação, os novos geógrafos despojaram a palavra de uma de suas conotações mais básicas e antigas, que era a de conectar Geografia com a Terra ou com sua superfície como um objeto concreto. (...) abandonaram a ideia da significância geográfica em seu significado tradicional e, ao mesmo tempo, eliminaram a necessidade da geografia Regional como o *core* central da disciplina.” (Ibidem; pg.218)

Com estas afirmações, o autor afirma, uma vez mais, sua vinculação à geografia regional, pelo que possa oferecer em termos de elaboração teórica, por identificar a peculiaridade científica da geografia, e ainda, a qualidade de integração das sínteses - totalidade dos dados entre aspectos físicos e culturais.

A exclusão da temporalidade na análise geográfica e, por ele criticada, resulta da abordagem espacial asseverada para a geografia. O próprio autor objeta:

“A Geografia, em comum com a Geologia ou Sociologia, terá seus aspectos espacial e temporal. A natureza da superfície da terra significa que muitos estudos geográficos terão importantes aspectos espaciais, mas esses aspectos seriam uma consequência do objeto de estudo dos geógrafos e não uma questão de definição. (...) O objeto de estudo delimita o que deve ser estudado, não como ele deve ser explicado.” (ibidem; pg.221)

Para encerrar, discorre sobre as duas principais deficiências da Geografia proposta por Hartshorne. A primeira se refere a adoção de modelos explicativos que têm por apoio as correlações funcionais, deixando escapar o elemento fundamental de diferenciação da ação humana, o pensamento. A segunda, alude a deficiência histórica quanto a profundidade das apreciações geográficas, em função do entrave temporal, anteriormente descrito.

Assim, propõe a restituição do lugar da geografia regional em que,

“Adotando uma filosofia com ênfase sobre o homem como um animal racional, os geógrafos estarão em posição para providenciar explicações causais das atividades humanas sobre a Terra, e desta maneira adicionando uma dimensão intelectual até então ignorada ao objeto de estudo.” (Ibidem; pg. 223)

E ainda,

“A profundidade histórica necessária pode novamente ser acomodada na Geografia Regional pela reenfatização da Geografia como estudo da Terra como o mundo do homem e eliminando todas as referências ao espaço nas definições geográficas.” (Ibidem; pg.223)

Para ele, o homem emerge como natureza que raciocina – uma antiga questão e uma simplificação quanto as determinações que compõem o cotidiano. A complexidade da produção e a construção da vida social, exige maior atenção. Ainda assim, ao resgatar Estrabão para justificar a excelência da geografia, mantém o horizonte filosófico das relações entre todo o existente.

Em livro intitulado “Os Métodos da Geografia” de 1972, **Pierre George**, destaca a importância das sínteses praticadas por este conhecimento. Tomada como quesito fundamental, a síntese se justifica pela confluência metodológica de diferentes

conhecimentos o que faz da geografia o estudo do espaço contínuo e um saber vinculado à ação e às conjunturas em que se insere.

Segue explanando sobre as especificidades das fontes documentais, o teor das coletas, o valor da interpretação e a importância da apresentação. Discriminando os domínios da geografia física e humana, alcança os impasses e progressões do debate regional. Desenvolve a relação entre geografia geral e regional, o problema da delimitação regional, a linguagem cartográfica, a distinção entre região natural e geográfica, e, evidentemente, os compromissos da produção geográfica, numa interlocução profícua com a ciência do século XX.

Avaliando a produção geográfica entre as décadas de 20 e 30, afirma:

(...) “foram criticados com bastante justiça pois o que ofereciam essencialmente era uma sucessão de monografias sobre cada um dos elementos constituintes, sem emprestar nenhuma ênfase aos mecanismos das relações existentes entre os diversos fatores.” (GEORGE; 1972, pg.103,1973)

Sua crítica recai sobre a ausência de uma abordagem que estabeleça os critérios e as relações entre as coletas, na definição de região o que induz a uma representação cartográfica equivocada. Diz ele:

“Delimitar significa, em primeiro lugar, escolher critérios básicos, segundo os quais se pretende estabelecer a personalidade da região estudada ou a classificação e a divisão regional em determinado território.” (ibidem; pg.105)

O elenco dos dados mais significativos em detrimento de outros impõe uma ordem hierárquica tornando-se imperativo a utilização de sínteses parciais que validem a presença dos elementos secundários, submetendo diretamente essa ordenação ao tema da carta ou do mapa. E critica a ineficiência do conceito de região natural já que:

“não oferece um quadro inteiramente satisfatório para a construção de uma imagem representativa de uma unidade real de existência, de atividade e de desenvolvimento.” (ibidem; pg.105)

Dessa crítica, propõe o uso da *região geográfica* como forma regional cujo conteúdo repousa na unidade entre homem e cultura a partir das características homogêneas ou heterogêneas. Explica:

“Com efeito, a expressão *região geográfica* vem sendo empregada desde o início do século, para designar uma unidade de atividade, de povoamento homogêneo, de cultura, que confira a seu quadro, seja este também homogêneo ou, pelo contrário, heterogêneo, uma certa coesão e personalidade.” (ibidem; pg.106)

Coesão, semelhança, diferença as potencialidades da produção, as tendências demográficas formam a personalidade regional que se diferencia da circunvizinhança.

E observa, as demarcações, antes de tudo, servem a objetivos administrativos:

“(…)representam sempre um legado, na medida que confirmam *a posteriori* um estado de fato, atribuindo ao mesmo um valor jurídico ou administrativo, ao passo que a realidade geográfica significa uma mobilidade constante presa ao ritmo dos processos de crescimento e de desenvolvimento.” (ibidem; pg.106)

Pretende superar a abordagem regional que se nutre de um “espaço finito” uma parte de superfície terrestre restrita, substituindo-a pela análise das múltiplas determinações que agem e concorrem no seu feitio, ferindo a inércia abstrata da abordagem tradicional. Deste modo identifica duas orientações teóricas balizadas em termos de “fluxos” e de “tensões”: a primeira a “teoria do espaço polarizado” e a segunda comprometida com a produção de “modelos” norteados pelas ideias de “harmonização” ou “ativação” espacial. Ao apresentá-las, denota suas respectivas ambições. Sobre a noção de região polarizada, por exemplo, diz:

“Apresenta-se sob uma forma “voluntarista” de organização do território a qual, na realidade, só fornece muitas vezes uma visão unilateral das relações. (...) Ora não existe nada mais impreciso que os limites da zona de influência de uma cidade.” (ibidem; pg.108)

Unilateral porque comprometida com uma intervenção com fins específicos, “organizacionistas”, e que não aquilatam as peculiaridades regionais, desprezando ou majorando elementos específicos, a fim de encaixá-los naquele quadro diretivo. Para ele, a ciência geográfica se empenha no exame de processos e suas consequências, tomadas em suas dinâmicas e complexidades. Assim, diante à “teoria dos modelos”, censura veemente o reducionismo por ela provocado e evidentemente de quem dela se vale. Como ilustram as duas citações subseqüentes:

“(…)certos autores sentiram-se propensos a definir sistemas abstratos de relações de forças teóricas responsáveis pelo estabelecimento de uma espécie de equilíbrio invisível, que se impõe, dentro de um prazo mais ou menos longo, à organização das relações regionais.” (ibidem; pg.109)

Tomado como esquema de organização territorial, decodificam sua espacialidade por uma quantidade limitada de componentes, e que mesmo em grande número, são incapazes de contemplar a multiplicidade do real. Para a Geografia de George interessa a incessante busca de:

“(…) todas as “rugosidades” susceptíveis de comprometer o modelo, assim como a variedade do meio natural, tanto no espaço quanto no tempo (problema dos ritmos de variações), em escala inter-regional, e todo o efeito estático e dinâmico, de qualquer sentido proveniente do legado de gerações precedentes, tanto área do equipamento concreto como na das ações irreversíveis e na das mentalidades. (...) É na ação que se fazem e desfazem as fronteiras regionais e isto com rapidez tanto maior pelo fato de inicialmente, essas fronteiras terem sido imprecisas ou mesmo inexistentes, salvo sob forma de meros contornos fisiográficos.” (Ibidem; pg.112)

No movimento de formação das fronteiras a fixação de limites corresponde a uma espécie de instantâneo de forças concorrentes de várias procedências em distintas atividades e processos, com ligações locais e gerais. E novamente advém o problema da exatidão das demarcações.

Assim como Guelke, George demonstra uma vez mais quão delicada é a questão regional e mais que isso, a presença de ideologias subjacentes a essas práticas frente as quais a geografia deve forçosamente se posicionar e tomar a direção oposta.

Para finalizar essa exposição escolhemos o célebre escrito de 1976, “A Geografia- isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, de **Yves Lacoste** exatamente porque enfatiza aquilo que George aponta, isto é, a ingerência de forças políticas para fins econômicos.

Nele desenvolve e esclarece o fato de a Ciência Geográfica ter se tornado instrumento de coerção e de dominação por parte dos Estados, e a seu serviço. Discerne essa dominação desde a formação escolar até a ingerência das forças produtivas com a anuência estatal.

Mas, com respeito ao debate regional, enceta sobre diretamente sobre a herança Lablachiana, em especial, a seção denominada “Quadro da Geografia da França” em que sobressai a ideia de que as paisagens são sobreposições de atividades humanas sobre o meio, destacando aquilo que Vidal considera “efêmero” em contrapartida ao “duradouro”, tanto dos processos históricos quanto nos fenômenos naturais. E, critica:

“(…) consiste em constatar como evidência a existência, num país, de um certo número de regiões e descrevê-las, uma após as outras, ou a analisar somente uma delas no seu relevo, seu clima, (...) cada uma como um conjunto contendo outras regiões menores. (...) É um dos obstáculos capitais que impedem de colocar os problemas da espacialidade diferencial, pois admite-se, sem discussão, que só existe uma forma de dividir o espaço.” (LACOSTE; 1976, pg.61-62)

Lacoste quer com isso, discutir a formação da “espacialidade diferencial”, trazer para o campo da geografia a problemática social, abordar a segregação territorial nas suas diferenças e contradições esclarecendo seus sujeitos, isto é, que se concretizam pelas ações humanas responsáveis pela gestão territorial.

De tudo o que foi exposto sobre a problemática regional, parece que ao final não temos uma definição única ou mais adequada que sirva aos propósitos do ensino de

geografia na escola pública. Aliás, indagar sobre esses propósitos nos parece, mais do que nunca, uma necessidade por conta inclusive dos limites de interpretação apontados nos parâmetros de uso técnico para fins administrativos

A região e demais categorias geográficas correm o risco de se tornarem tarefa decorativa, que exige memória e repetição sem que os alunos possam se apropriar dos processos que as geram, tão mais interessantes quanto importantes para a formação nessa fase em que se encontram.

Ora, os temas que a geografia trata convocam naturalmente o uso dessas categorias. Entretanto, supomos não ser esse o objeto de ensino e de discussão tampouco o papel dessa disciplina no interior do ensino fundamental e médio da escola pública.

Assim como a história, à geografia cabe compor a visão de mundo desses alunos, estimulando-os a entender e nele participar ativamente. Em poucas palavras, a escola pública deve formar os alunos não para para manter, no mesmo lugar, todo o tipo de segregação. Deve muni-los de conhecimentos para que assim, possam se assegurar e transformar as condições que eles mesmos compartilham. Sem isso tanto a escola quanto o ensino são injustificados.

Portanto, as categorias geográficas são assunto dos profissionais dessa área. São eles que devem responder esclarecer ou avançar no debate sobre os conteúdos que lhes são próprios e seus objetivos.

REFERÊNCIAS

- CAPEL, Horácio. **Filosofia y Ciencia en la Geografía Contemporánea**. Una introducción a la geografía. Barcelona: Barcanova temas universitarios, 1981.
- CHRISTOFOLETTI (org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Ed. Difel, 1982.
- GEORGE, Pierre. **Os Métodos da Geografia**. São Paulo: Ed.Difel, 1982.
- GEORGE, Pierre et. al. **A Geografia Ativa**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- LACOSTE, Yves. A Geografia. in: FRANÇOIS, C.(org.). **História da Filosofia**-Idéias, Doutrinas: filosofia das ciências sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, v.7.
- LACOSTE, Yves. **A Geografia**- Isso Serve, em Primeiro lugar, Para Fazer a Guerra. São Paulo: Ed.Papirus, 1988.
- MARTINS, Elvio. **Da Geografia à Ciência Geográfica e o Discurso Lógico**. São Paulo, 1996. Tese de Doutorado em Geografia Humana FFCH, USP.
- MENDOZA, J.G. et al. **El Pensamiento Geográfico**. Madrid: Alianza Editorial, 1982.